

Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A.

CNPJ. 12.285.462/0001-81



dispensando do cumprimento da obrigação de atender ao ICSD para o ano de 2016. **14 PIS e COFINS diferidos:** Referem-se aos encargos de PIS e COFINS sobre as receitas operacionais oriundas do contrato de concessão (serviços de construção e atualização financeira), registradas contabilmente pela Cia., na aplicação do ICPC 01 (R1), que ainda não foram faturadas aos usuários do sistema.

	2016	2015	Reapresentado
Circulante	299	293	
Não Circulante	3.948	4.123	
	4.247	4.416	

15 IR e CS: a. IR e CS diferidos

	2016	2015	Reapresentado
Passivo			
- IR sobre diferenças temporárias	9.307	9.677	
- CS sobre diferenças temporárias	3.351	3.484	
	12.658	13.161	

As diferenças temporárias referem-se a ajustes relacionados à aplicação do ICPC 01 (R1) b. **Despesa com IR e CS:** A Cia. apura o regime de IR e CS com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015	Reapresentado	
Comente	IR	CS	IR	CS
Remuneração do Ativo Financeiro	8.175	8.175	7.290	7.290
Alíquota de presunção (a)	32%	32%	32%	32%
Receita de Transmissão ajustado	2.616	2.616	2.333	2.333
Receita de Operação e Manutenção	4.647	4.647	4.434	4.434
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
	372	558	355	532
Receita Financeira	360	360	288	288
Base de cálculo	3.348	3.534	2.976	3.157
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$ 240/ano)	10%	-	10%	-
Total do IRPJ e CSLL corrente	(813)	(318)	(720)	(285)
Diferido				
IR e CS - ICPC 01	370	133	(1.391)	(500)
Total do IRPJ e CSLL diferidos	370	133	(1.391)	(500)
Total de IRPJ e CSLL no resultado	(443)	(185)	(2.111)	(785)
			(628)	(2.896)

16 Patrimônio Líquido: a. Capital social: Em 31/12/2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$33.000.000 divididos em 33.000.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada. O capital social subscrito e integralizado da Cia. é composto como se segue: **Ações ordinárias nominativas 2016 e 2015:** Celso Redes Brasil S.A. - 32.999.999; José Angel Lostao Unzu; 1. Total: 33.000.000. **b. Reserva legal:** Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2016	2015	reapresentado
Lucro líquido do exercício	911	905	
Reserva legal (5%)	(49)	(453)	
Base de cálculo para os dividendos	942	8.598	
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	471	4.299	
Reserva de retenção de lucros	471	4.299	

Em Assembleia Geral e Ordinária e Extraordinária - AGOE de 07/06/2016 os acionistas aprovaram a destinação de R\$ 5.454 para constituição de reserva de lucros conforme proposta da Administração.

	2016	2015	reapresentado
17 Receita operacional líquida			
Receita de Construção (b)	14	10.934	
Receita de remuneração do ativo financeiro (a)	3.916	14.030	
Receita de operação e manutenção	4.647	4.434	
(-) Parcela variável	(218)	-	
	8.359	29.397	

(a) Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Cia. sofreu revisão tarifária conforme cláusula contratual. (b) Conforme mencionado na nota explicativa 1, a receita de construção refere-se às adições do reforço na linha de transmissão. Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	2016	2015	Reapresentado
Receita bruta	8.359	29.397	
(-) PIS e COFINS	(301)	(1.071)	
(-) Quota para RGR e pesquisa e desenvolvimento	(634)	(470)	
Receita líquida	7.424	27.855	

	2016	2015
18 Custos operacionais		
Despesas com pessoal	(674)	(637)
Serviços prestados	(440)	(6.713)
Equipamentos e materiais	(94)	(4.213)
Meio Ambiente	-	(103)
Outras despesas	(269)	(248)
Total	(1.476)	(11.913)

	2016	2015
19 Despesas administrativas		
Serviços prestados	(373)	(295)
Gerais e administrativas	(35)	(35)
Total	(408)	(331)

	2016	2015
20 Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeiras:	360	285
Outras receitas financeiras	-	3
Receitas financeiras	360	288
Juros de empréstimos e financiamentos	(4.076)	(3.868)
Outras despesas financeiras	(205)	(85)
Despesas financeiras	(4.281)	(3.953)
	(3.921)	(3.665)

21 Transações com partes relacionadas: a. Transações comerciais: As transações com partes relacionadas restringem-se ao contrato de construção da linha de transmissão com as empresas do grupo. Durante o exercício findo em 31/12/2016 e 2015 foram realizados pagamentos conforme a seguir. Não houve outras transações além das demonstradas abaixo:

	2016	2015
Elecor Redes Brasil S.A.	281	279
Elecon do Brasil S.A.	781	4.061
	1.062	4.340

Os seguintes saldos estavam em aberto em 31/12/2016 e de 2015:

	2016	2015
Passivo circulante		
Celso Redes Brasil S.A.	-	10
Elecon do Brasil S.A.	479	-
	479	10

Os saldos acima de passivo estão registrados na rubrica de fornecedores. A Celso Redes Brasil SA (Holding) realiza atividades de "back-office" (prestação de serviços administrativos) para a Cia. Os valores não têm prazo de vencimento e nem incidências de encargos financeiros. Os valores referentes a remuneração da administração estão incluídos nas atividades de "back-office". **b. Adiantamentos para futuro aumento de capital:** Durante o exercício findo em 31/12/2016, a Celso Redes Brasil S.A. não concedeu adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), o saldo total é de R\$ 12.993 (R\$ 12.993 em 2015). **22 Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cia. a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Cia., os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Cia. **22.1 Gerenciamento de riscos:** Visão geral - a Cia. apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito, b. Risco de mercado, c. Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Cia. visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de risco apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Cia., por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revera a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Cia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Cia. **(f) Riscos de crédito:** É o risco de a Cia. incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	2016	2015	Reapresentado
Ativos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	4.070	2.724	
Contas a receber - ativo financeiro	116.342	120.962	
	120.412	123.686	

• Títulos e valores mobiliários - representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. **• Contas a receber - Ativo financeiro** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: **• Riscos diluídos,** pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. **• As garantias** são feitas individualmente pelos usuários. **• Negociações** de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. **• No caso de não pagamento,** a Cia., como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. **(f) Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros, pela Cia., tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **• Risco de taxa de juros** - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2016, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Cia. era:

	2016	2015
Instrumentos financeiros por indexador		
Exposição (R\$ mil)	4.070	2.724
Risco	40.309	43.646

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Cia., conforme demonstrado a seguir. **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável** - aplicações financeiras: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Cia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada cenários A e B, respectivamente. Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. **• Com relação às aplicações financeiras,** os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Operação Ativos Financeiros					
Exposição	4.070	Queda da taxa CDI	4.487	4.383	4.278
Total	4.070		4.487	4.383	4.278

Referência para ativos financeiros: CDI (%) 10,25% 7,69% 5,13% (*) Demonstração do resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 10,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. **• Com relação aos empréstimos e financiamentos,** os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Operação Passivo Financeiro					
Exposição	40.309	Alta da taxa TJLP	43.332	44.067	44.843

Referência para passivos financeiros TJLP (%) 7,50% 9,38% 11,25% (*) Demonstração do resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP médio estimado de 7,5% de acordo com a expectativa do mercado. **• Risco de liquidez** - é o risco em que a Cia. irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cia. na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cia. Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos e financiamentos, estão divulgados nas notas explicativas nº 10. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Cia. como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses. **• Risco de inflação** - A receita da Cia. é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, a Cia. poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **• Risco de captação** - A Cia. poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Cia. ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco Moral:** A infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Cia., ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas Parcela Variável. **Riscos regulatórios:** A Cia. está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros:** A Cia. contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e substâncias. A Cia. adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em garantir os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **22.2 Categorias de instrumentos financeiros: Ativos**

financeiros / Categoria: Títulos e valores mobiliários / Valor justo por meio do resultado; Contas a receber - ativo financeiro / Empréstimos e recebíveis. **Passivos financeiros / Categoria:** Fornecedores / Custo amortizado; Empréstimos e financiamentos / Custo amortizado. Em 31/12/2016 e 2015, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. **22.3 Classificações contábeis e valores justos:** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: **• Títulos e valores mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das DFs. **• Contas a receber - ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado pelo resultado conforme o método da taxa de juros efetiva. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. A Cia. adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Cia. foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Cia. utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2016. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. **• Empréstimos e financiamentos** - a Cia. considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **22.4 Hierarquia do valor justo:** Os diferentes níveis foram definidos conforme abaixo: **• Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). **• Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **• Todos os instrumentos financeiros** registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado. **23 Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Cia. define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **24 Seguros:** A Cia. possui cobertura de seguro conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Importância segurada
Subestação Miranda II			
Subestação Encruzo Novo	Riscos nomeados	30/05/2017	50.500
Subestação Miranda II			
Subestação Encruzo Novo	Responsabilidade		
Linha de Transmissão	civil	30/05/2017	8.400

Francisco Antolin Chica Padilla - Diretor;
Danielle Bernardo Costa - Contadora - CRC-RJ 105746/0-5

Relatório dos auditores independentes sobre as DFs: Aos acionistas e diretores da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. RJ - RJ. **Opinião:** Examinamos as DFs da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Encruzo Novo Transmissora de Energia S.A. em 31/12/2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas DFs:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nessas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 23/05/2017. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ, Marcelo Nogueira de Andrade - Contador CRC RJ-066312/O-6.**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL NEGOCIAL - 2017. Sindicato Municipal dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município do Rio de Janeiro, CNPJ 10.635.706/0001-83, com sede à Rua Camerino, nº 66, Bairro Centro, Cep.: 20.080-010, pelo presente Edital, de acordo com a deliberação e anuência dos trabalhadores, em assembleia regularmente convocada e realizada no dia 18/03/2016 e de acordo com o edital de convocação, com fundamentos na decisão unânime da 2ª Turma do STF, nos autos do Recurso Extraordinário nº. 189960-3-SP será descontado dos empregados, beneficiários do presente instrumento devidamente registrado junto ao MTE sob nº MRO34427/2018, exceto os associados a este sindicato até a data desta publicação, a título de contribuição assistencial, em favor da entidade profissional convenente, o valor de R\$ 8,00 (oito reais), por mês, conforme cláusula décima segunda da CCT 2017-2018 cuja destinação será custear a negociação coletiva de trabalho, os serviços jurídicos na área trabalhista; cível e previdenciária; serviços de fiscalização cumprimento de norma trabalhista e convencional, homologações; conferência de cálculos trabalhistas; cálculo para aposentadoria; bem como para manutenção e aprimoramento dos benefícios sociais oferecidos pela Entidade à categoria, colônia de férias, centros médicos e dentistas, centro social, cultural e de lazer. Fica assegurado o DIREITO DE OPOSIÇÃO ao desconto pelo trabalhador, não associado à entidade sindical profissional, que poderá ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir de seu registro junto ao MTE conforme cláusula décima segunda §2 da CCT 2017-2018. Rio de Janeiro 28 de junho de 2017 **Sebastião José da Silva** Presidente

CCX CARVÃO DA COLOMBIA S.A. CNPJ/MF nº 07.950.674/0001-04 NIRE 33.300.278.443 (Companhia Aberta) **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** Convocamos os acionistas da CCX Carvão da Colômbia S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada em 12 de julho de 2017, às 11h00min, na sede da Companhia, na Praia do Flamengo, nº 66, sala 1809, Rio de Janeiro - RJ, para: (i) Dar ciência à Assembleia Geral da Companhia, para os fins do Art. 158, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, dos atos supostamente ilegais praticados pelo Sr. Gunnar Gonzalez Pimentel, ex-administrador da Companhia e de suas subsidiárias, ocupante dos cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia; e (ii) Deliberar sobre a propositura de Ação de Responsabilidade Civil, na forma do Art. 159 da Lei nº 6.404/1976, e autorizar a administração da Companhia a adotar todas as medidas necessárias para a promoção da responsabilidade civil, administrativa e criminal em face do Sr. Gunnar Gonzalez Pimentel, ex-administrador da Companhia e de suas subsidiárias, pelos referidos atos. A Companhia esclarece ainda que (a) para participação nas assembleias, os acionistas deverão apresentar à Companhia além do documento de identidade; (i) o extrato do agente custodiante das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, caso o acionista se faça representar por procurador, e (iii) no caso de acionistas pessoa jurídica, deverão igualmente ser apresentados os documentos de representação pertinentes. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2017. **CCX Carvão da Colômbia S.A.**, Conselho de Administração - Miguel Cesar de Araujo Pereira Burlamaqui - Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO Com o prazo de vinte dias O MM Juiz de Direito, Dr. (a) Martha Elisabeth Falcao Sobreira - Juiz em Exercício do Cartório da 6ª Vara de Orfãos e Sucessões da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias vierem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Erasmo Braga, 115 Cr/102 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 2588-2488 e-mail: cap06vos@trj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Inventário - Inventário e Partilha (Sucessões), de nº 0111521-59.2011.8.19.0001, movida por SYLVIO SARDINHA DE SOUZA e como inventariante LUDOVINA SARDINHA DO REGO. Assim, pelo presente edital RAUL DA COSTA SARDINHA, herdeiros e sucessores que se encontram em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados, caso não ofereça contestação. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017. Eu, Katia Kersten - Técnico de Atividade Judiciária - Matr. 01/31545, digitei. E eu, Antonio Claudio Pereira - Subst